

**Operadora:**

Bom dia e obrigada por aguardarem. Sejam bem vindos à teleconferência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), para discussão dos resultados referentes ao 2T16. Estão presentes, hoje, conosco os senhores Ricardo Hingel, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Werner Kohler, Superintendente Executivo da Unidade de Contabilidade e Alexandre Ponzi, Superintendente Executivo da área de Relações com Investidores.

Informamos que esse evento está sendo gravado e que todos os participantes estarão apenas ouvindo a teleconferência durante a apresentação da Companhia e, em seguida, iniciaremos a sessão de perguntas e respostas exclusivamente para analistas e investidores, quando maiores instruções serão fornecidas. Caso algum dos senhores necessite de assistência durante a conferência, queiram, por favor, solicitar a ajuda de um operador digitando \*0.

O *replay* desse evento estará disponível logo após seu encerramento por um período de sete dias.

Antes de prosseguir, gostaríamos de esclarecer que eventuais declarações que possam ser feitas durante essa teleconferência, relativas às perspectivas de negócios do Banrisul, projeções e metas operacionais e financeiras, constituem-se em crenças e premissas da diretoria da Companhia, bem como em informações atualmente disponíveis. Considerações futuras não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Investidores devem compreender que condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais, podem afetar o desempenho futuro do Banrisul e podem conduzir a resultados que diferem, materialmente, daqueles expressos em tais considerações futuras.

Agora, gostaríamos de passar a palavra ao Ricardo Hingel, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores do Banrisul, o qual dará início à apresentação. Por favor, Sr. Ricardo, pode prosseguir.

**Ricardo Hingel:**

Bom dia a todos. Antes de mais nada, tivemos um relativo atraso porque estávamos com problemas técnicos, mas nós começaremos e compensaremos esse tempo aqui.

Eu farei uma breve abordagem sobre o ambiente em que estivemos ao longo desse período, depois passarei para o Alexandre, para que ele discorra sobre a apresentação, a qual resume os resultados do Banco.

Esse último trimestre não foi muito diferente do que ocorreu ao longo do semestre, e é uma continuidade em termos de conjuntura econômica do que vem ocorrendo desde o ano passado, ou seja, continuamos com o andamento do processo recessivo. A crise política continua impactando negativamente na conjuntura à medida que todas as medidas necessárias para melhorar a questão econômica continuam paralisadas.

Ou seja, a questão do *impeachment* ainda não foi resolvida, e embora uma série de sinalizações em termos de mexidas ou reformas econômicas vem sendo apresentadas pela nossa equipe econômica, elas ainda continuam muito mais no papel, no plano de intenções do que propriamente sendo implementadas.

Enquanto elas não estiverem efetivamente implementadas, essas reformas que estão sendo apresentadas na sociedade e comecem a dar seus frutos, muito pouco mudará em termos de economia. A única coisa que temos, hoje, em termos de resultado econômico é uma melhoria ainda gradual na questão das expectativas do mercado.

A continuidade dessa conjuntura negativa, com o processo recessivo continuando e se acumulando ao longo desse ano, e se juntando ao do ano passado e aquele ano parado, perdido, também, em 2014, continua impactando os negócios no centro financeiro como um todo, e nós não somos diferentes de ninguém. O primeiro ponto que é fundamental e ainda é o principal negócio do Banco que é o crédito, ele sofre os efeitos, exatamente, dessa conjuntura.

Quais são os dois principais efeitos na conjuntura? Um que nós costumamos dizer é uma questão passiva na parte do Banco, que é uma redução na demanda por crédito, especialmente derivado da Pessoa Jurídica, essa redução, as empresas estão vendendo menos, estão operando em um nível de atividades bastante inferior ao que poderiam estar operando, ou seja, todos eles estão trabalhando abaixo de seus níveis de atividade.

E à medida que as empresas que estão alavancadas e operam abaixo do seu nível de atividade, isso gera uma oportunidade negativa de negócios para nós e reduz a demanda. Empresas vendendo menos, precisam de menos estoque, precisam, menos financiar seus clientes, ou seja, se ajustam e demandam menos crédito, então, isso tem um impacto negativo na expansão do crédito, especialmente naquele crédito de maior qualidade.

Na outra ponta que se soma, também, a questão de redução da exposição do crédito ou crescimento da carteira de crédito, aí, é uma ponta ativa do Banco, ou seja, à medida que, nós, Bancos, a área financeira e o mercado como um todo, temos uma visão negativa e da persistência da situação desfavorável em termos de economia, não nos resta ter uma posição estratégica de bastante seletividade e conservadorismo na administração da carteira de crédito no sentido especialmente de preservar a qualidade da carteira de crédito existente.

Então, somando uma baixa demanda e uma postura conservadora que o Banco adota – e isso faz parte da cultura do Banco, uma postura conservadora na questão do crédito – faz com que o crédito caia tanto em termos nominais, mas principalmente em termos reais; então, quando olhamos que há uma redução e, nós, inclusive, revisamos o *guidance* do Banco, para desempenho da carteira de crédito e, nisso, ela está apenas refletindo essa menor demanda e, também a posição conservadora do Banco refletiva ao risco.

Ou seja, entendemos que a conjuntura nos traz um risco adicional para as carteiras de crédito, ou seja, debilitando a qualidade das carteiras, o Banco vem fazendo desde o ano, nós agravamos, então, essa postura conservadora no crédito. No crédito, o que é uma postura conservadora? O Banco ficou extremamente seletivo, aumentou os *spreads* cobrados nas operações de crédito, especialmente para cobrir o risco adicional, ou seja, o chamado “*spread* de risco”, o qual foi aumentado, para, exatamente, proteger a qualidade da carteira e a rentabilidade da instituição.

E outro ponto, também, à medida que as operações vão sendo renovadas, ou novas alterações são feitas, elas vêm sempre com um colateral, ou seja, uma garantia adicional diferente da operação anterior; então, o Banco cobra mais, é mais seletivo, procura reduzir a exposição, principalmente às empresas maiores, mas, também, com um volume maior de garantias.

O primeiro efeito que essa postura gera, pega na margem financeira do Banco, então, nós saímos de um resultado, o qual eu acho que resume bem essa estratégia e o fruto que colhemos. Quando olhamos a taxa média da carteira de crédito e comercial do Banco, que é a carteira com recursos livres, ela tinha uma taxa média de 2% no início do ano passado, em janeiro de 2015, essa taxa já superou 2,5%, ou seja, tivemos um incremento de 25% no aumento das taxas cobradas sobre essa carteira de crédito livre, que é a carteira mais rentável e mais significativa do Banco.

Então, a faixa do resultado da estratégia é bem dividida na questão na margem e, na questão da provisão, que é a grande preocupação que nós vimos tendo, especialmente desde o ano passado, lembrando que no passado tivemos um nível de provisão que foi rigorosamente o dobro de 2014, entramos no 1T em níveis muito próximos da média verificada nos trimestres anteriores, ocorridos ao longo de 2015.

A boa notícia que trouxemos, que conseguimos colher para nós, agora, no 2T do ano foi uma significativa redução do nível de provisões, que saiu do patamar de R\$400 milhões no 1T para um patamar de R\$300 milhões no 2T.

Pelo que olhamos, isso reflete uma melhoria já gradual da qualidade da carteira, fruto dessa estratégia, ou seja, aquelas operações de crédito problemáticas já foram ocorrendo, vocês que acompanham o Banco sabem daquela concentração de recuperações judiciais que ocorreram ao longo do ano passado, especialmente algumas empresas maiores, que impactaram negativamente e acrescentaram valores substanciais na provisão do ano passado, e que ainda se deu no 1T.

Entendemos que esses movimentos de recuperações judiciais praticamente passaram, os principais efeitos já ocorreram, essa parte já foi totalmente provisionada ou mesmo já saiu do balanço e a estratégia de condução das renovações das operações de crédito ou contratação de novas operações, seguindo a nova estratégia, a nova política de crédito do Banco, também, começa a surtir resultados.

Por isso que estamos satisfeitos com o resultado da provisão no 2T e acreditamos que à medida que nossa política vai dando resultados, nós entendemos que é bastante razoável acreditar que nos próximos dois trimestres nós deveremos estar mais próximos da provisão do 2T do que da provisão do 1T.

E, de novo, também, é evidente que uma redução nominal e real da carteira de crédito também tende a reduzir o nível de provisão.

Por último, para cumprir essa abertura, isso também continua dando um efeito bastante positivo no Banco, com crescimento muito acima de qualquer métrica de crescimento vegetativo, o crescimento das receitas de serviço vinculadas à área de cartões, em toda a parte de adquirentes e receitas decorrentes de cartões, que continua sustentando um crescimento anualizado próximo de 40% e, também, da operação de corretagem seguros que ocorre dentro do Banco e também cresce próximo de 40% ao ano.

Isso também vem se sustentando ao longo dos últimos trimestres, e acreditamos que esses dois segmentos compensarão bastante o resultado final do Banco, aumentando a sua participação com alguma coisa acima de 30% na formação do resultado do Banco.

Também, muito importante na questão de serviço, que eu destacarei aqui, depois, será focado na apresentação – é que nós, praticamente, atingimos 100% da cobertura das despesas de pessoal com receitas de serviço. Isso é uma meta. Entendemos que o Banco sempre esteve atrasado nesse sentido, mas exatamente porque antes as receitas de serviços do Banco ainda não eram tão relevantes.

À medida que essas receitas começam a ser relevantes começam a ser relevantes da mesma forma que são em outros Bancos, esse início de cobertura das despesas de Pessoal com receita de serviço também colocam o Banco num novo patamar e que, também, é uma boa notícia, que nós já conseguimos colher nesse resultado mais recente do Banco.

Concluirei por enquanto e pedir que o Alexandre faça o restante da apresentação, mais detalhada nos dados e, ao final, ficaremos à disposição para responder eventuais perguntas. Muito obrigado por enquanto.

**Alexandre Ponzi:**

Então, na sequência de tudo que já foi comentado, eu só farei os principais *highlights* de todas as principais rubricas de resultado de balanço do Banco, nós comentaremos sobre a margem.

Já foi dito que a margem tem elementos de reprecificação, elementos de ajuste, de incorporação de formação de resultados, os quais fizeram com que ela crescesse no acumulado do ano próximo de 19% na variação da margem. Por quê? Por conta dos elementos de reprecificação que houve ao longo dos últimos 12 meses, ou dos últimos 15 meses, com certeza.

Só que esses elementos agora já tomam uma dinâmica um pouco menor na velocidade de recuperação, e percebemos por esse conservadorismo do Banco na originação de crédito que uma parcela substancial dos nossos ativos, hoje, tem uma preponderância menor em relação a períodos anteriores.

O crédito tem 44% dos ativos totais do Banco, TVM hoje tem uma participação em torno de 33%, diferentemente de períodos anteriores; portanto, a margem que cresceu em robustos 19% deve manter o patamar que estamos vendo na velocidade ou na formação do resultado absoluto ao longo dos dois últimos trimestres.

Com o retorno, a margem propriamente dita, mensurada em termos de NIM, mantida dentro do *guidance* do Banco, mas por conta do quê? Efetivamente por conta de uma velocidade menor em consignação de crédito e provocada e determinada pelo Banco.

As despesas de provisão em cima de um crédito que cai no acumulado do ano um pouco menos de 4% e no trimestre 5%; no trimestre, muito mais por conta da resolução de linhas de crédito que já existiam na formação entre dezembro e junho, relativo ao financiamento do 13º do Servidor Estadual, mas no acumulado de 12 meses, provocado por uma redução, sobretudo, da pessoa jurídica, em que ela sozinha cai por uma dinâmica de mercado, por uma menor demanda, por um maior conservadorismo do Banco, ela cai 12,2%, e nas empresas que nós chamamos no setor corporativo ou *middle market* em termos gerais, essa sozinha ficando em quase 19%.

Por conta disso, e porque, aí, também, houve o reflexo de baixas contas de compensação, baixas a prejuízo de parcela expressiva das operações que nós vínhamos carregando, que já vinham apresentando impacto da inadimplência em períodos anteriores e o volume de provisão.

Nós vimos que ela hoje cai 27% em relação ao que registramos no período anterior e no semestre ela cresce somente 3,4%, em cima de uma dinâmica em que a qualidade do crédito se modificou para um piora ao longo dos últimos 12 meses em que pesa a recuperação de uma qualidade de crédito ao longo de 2016, fruto de toda essa política de recuperação, originação e conservadorismo no crédito.

As despesas de provisão hoje em relação à carteira atinge 5,3% contra 3,5% em junho de 2015, e 4,8% no trimestre anterior, e o saldo da provisão em relação à carteira passa de 6,5% em junho de 201 para 7,8%, por conta de uma menor velocidade na faixa de operações para contas de compensação daqui para frente.

O resultado da intermediação financeira é mais um match entre a margem e a provisão e entraremos agora em uma parcela expressiva do Banco, que é a preservação da base de clientes, acesso e risco de crédito para captação, sobretudo a captação, novamente, oriunda da rede de agências do Banco, em que vimos que o depósito a prazo, a principal linha de *funding* do Banco, cresce 17%.

Ela tem um crescimento real no período, o custo da captação está sendo preservado a percentuais inferiores a 90%; quase 88% do depósito a prazo. E por conta da participação e da representatividade do depósito a prazo na estrutura de *funding* do Banco, 84,5% é o custo da captação total.

Neste crescimento de 17% da captação de depósitos a prazo, ou de 10% da captação da captação total, temos que mencionar que houve, nesses últimos 12 meses, elementos que retiraram parte da liquidez do Banco, por conta de liquidação de operação de emissão local, mesmo financeira, que houve a primeira *tranche* liquidada em agosto do ano passado, já houve a liquidação da segunda *tranche*, mais R\$1 bilhão, agora no início desse mês.

Mas houve também, no ano passado, algo ao redor de US\$250 milhões pela recompra parcial da dívida subordinada, que retirou a parcela da liquidez do Banco, mas ainda assim não *offsetaram* o indicador como um todo e o Banco continua crescendo e tendo acesso a linhas de custo menores e pulverizadas e acesso à base de clientes.

A relação crédito/depósito é extremamente favorável ao Banco nesse ambiente. O Banco tem uma liquidez bastante forte.

As receitas de serviços e tarifas foram colocadas, mas não temos comentários adicionais a fazer, somente dizer que a perspectiva é que cada vez entreguem, adicionando à estrutura de cartões, que é o principal *driver* de crescimento no momento para justificar uma grande parcela desse 22,5% de crescimento em 12 meses, ou de 6% em três, adicionaremos cada vez mais também toda a estrutura de produtos de seguro, previdência e capitalização conforme a métrica já colocada em períodos anteriores, justificando cada vez mais uma participação das receitas de serviços ali na formação do resultado do Banco.

Só comentando que cartões ainda é o principal contribuinte para a formação de *fees*. Tivemos um crescimento na rede de adquirência de 15% em 12 meses no número de credenciados, 3% no trimestre.

Mas mais importante do que somente essa fase robusta, localizada sobretudo no estado do Rio Grande do Sul, vemos que as transações crescem em uma faixa de 37% e o volume financeiro também segue em patamares superiores. Portanto, a velocidade de crescimento dessa estrutura de serviços e produtos do Banco continua sendo bastante importante para a formação do resultado.

As despesas administrativas cresceram no acumulado 13% nos últimos seis meses em comparação com os primeiros seis meses de 2015, e acabarem crescendo 11,3% também na comparação trimestre contra trimestre, sobretudo provocadas por uma parcela maior do crescimento da despesa de pessoal pela sazonalidade.

A despesa de pessoal que cresce no acumulado 8,3% vem impactada por elementos de mudança de *mix*, que são favoráveis para o Banco, onde, ao longo desse período, principalmente a partir de dezembro, por conta do programa de incentivo à aposentadoria, desligamos cerca de 500 empregados, o Banco irá recompor parte dessa parcela de empregados ao longo dos próximos meses, fruto do concurso público.

Faremos uma alteração substancial no *mix* dos novos entrantes por estagiários, para podermos ter uma economicidade na estrutura de despesas, mas continuaremos, sim, mantendo investimentos em recursos humanos para que o Banco seja cada vez mais produtivo, colocando esses recursos, sobretudo na ponta para a originação de novos negócios.

Mas houve também, neste intervalo, para justificar 8,3% de crescimento na despesa de pessoal acumulada, o dissídio que ocorreu em setembro do ano passado, com 10% de aumento, e também há uma recorrência nas despesas de patrocínio aos planos de pensão e de revisão de déficits atuariais.

Esses elementos todos fazem com que a saída não se traduza naturalmente em uma eliminação na mesma função dos custos dos empregados que saíram. Mas ainda assim, 8,3% é menor do que a inflação do período e, mais importante do que isso, menor do que o dissídio coletivo. As despesas de pessoal estão absolutamente controladas.

As demais despesas administrativas têm um elemento de recorrência a partir de agora, um elemento de recorrência que foi *one-off* ao longo do 1S, mas que acabam impactando o resultado até julho.

Passamos a reconhecer a amortização do valor da aquisição da folha, o primeiro 120 avos já foram reconhecidos no balanço do Banco no resultado em junho, ao redor de R\$10 milhões de reais.

Tivemos, por conta de determinação da autoridade reguladora, uma contabilização de ágio sobre investimentos. Reconhecemos pouco mais de R\$16 milhões no semestre de amortização do ágio que entra como *one-off*, e a recorrência desse valor é algo ao redor de R\$300.000 a R\$350.000 daqui para a frente todo o mês, portanto, bem menos impactante na produção.



E também temos que considerar que a inflação do período fez com que determinados contratos ou outros custos tivessem o seu reajuste natural, ainda que, por exemplo, o consumo não tenha aumentado.

Um ponto principal é o consumo de quilowatts do Banco, que aumentou somente 1%. Mas por conta do reajuste tarifário e reajuste de tributos sobre esse insumo, vimos crescer as despesas. Aluguéis cresceram na mesma proporção, vinculados a índice de inflação.

Mas fora isso, estamos absolutamente confortáveis que, à exceção de uma despesa nova sobre a qual já vínhamos alertando o mercado, fruto da compra da Folha que vai nos impactar em algo ao redor de R\$10,5 milhões por mês, e que irá impactar o resultado dos próximos dois trimestres, elas estão absolutamente dentro da linha esperada pelo Banco e ajustadas com a estrutura de negócios.

Em outras receitas e despesas operacionais, temos muito o componente da variação cambial afetando de forma positiva ou negativa o resultado da equivalência patrimonial de dependências no exterior.

Isso ainda irá acontecer ao longo de 2016, mas a partir do ano que vem, o resultado de equivalência patrimonial será jogado contra a conta de patrimônio líquido. Então ela retirará muito da volatilidade nesta outra rubrica de outras receitas e despesas operacionais.

Com tudo isso, o resultado do Banco atinge R\$390 milhões no acumulado de seis meses e R\$202 milhões no trimestre, crescendo no trimestre 7% e 14,6% nos últimos seis meses em comparação com os primeiros seis meses de 2015.

Os ativos crescem quase 6,5%, R\$67,9 milhões, TVM continua, por conta do não crescimento da carteira de crédito, de uma captação cada vez mais forte e reforçada na estrutura de agências do Banco e impactada por alguns elementos de saída.

Ainda assim, verificamos uma estabilidade nos últimos 12 meses, por conta, sobretudo, desses elementos que retiraram recursos da tesouraria do Banco, mas há uma recuperação em três meses de 14%. Portanto, o Banco continua sendo absolutamente forte nesse instrumento de reforçar relacionamento com clientes, o que também preserva a base e nos dá o potencial de continuar cada vez mais buscando a colocação de produtos e serviços não financeiros.

A carteira de crédito cai, isso já era esperada. A queda é muito mais forte na carteira comercial por conta de decisões do Banco de não aumentar sua exposição ao risco, sobretudo na pessoa jurídica; e ela cai no trimestre por conta da liquidação de operações de crédito que foram originadas em dezembro. No período intermediário há uma redução mais forte, 5%, mas os 4,2% da comparação de 12 meses são fruto de uma dinâmica de mercado e operacional.

O saldo da provisão do Banco é só para demonstrar uma queda no valor nominal, mas uma maior proporção em relação à carteira de crédito, passando de 6,3% em junho do ano passado para 7,8% agora, ou 7,6% em março contra 7,8% em junho.

A abertura da carteira de crédito é exatamente quase a mesma distribuição, mas com um montante, um total de carteira menor. O consignado continua sendo – e isso nos blinda muito para efeitos de risco – a principal linha na pessoa física, e o capital de giro ainda é, com menor proporção, a principal linha utilizada pela pessoa jurídica como um todo.

No próximo slide temos a distribuição de todos os recursos captados e administrados do Banco. Depois podemos discutir, se houver alguma necessidade, mas no total dessas duas contas, incluindo a estrutura de recursos administrados, crescemos 5% em três meses ou 6% no acumulado de 12 meses.

O patrimônio líquido, com a incorporação de resultados, com a revisão dos planos de previdência complementar afetando na parcela devida o patrimônio líquido, e com a distribuição de dividendos, crescendo 10,2% em 12 meses e 2% no trimestre, atingindo R\$6,445 bilhões.

Começamos a ver uma melhora nos índices de cobertura, tanto de 60 quanto de 90 dias do Banco, uma melhora no índice de retorno do trimestre anualizado para 12 meses, uma melhora substancial na carteira de crédito, menos na carteira de crédito com pendência de 90 dias, mas, sobretudo, na recuperação de 60, aonde o Banco também vem fazendo esforços para conter o atraso e lidar com pendências, com o retorno sobre os ativos melhorando um pouco.

Na próxima coluna, temos o que o Diretor mencionou, com relação à faculdade de chegarmos a quase 100% da cobertura da despesa de pessoal hoje com a receita de tarifas; a eficiência do Banco estável em relação ao trimestre, mas melhorando em relação a junho do ano passado; e a estrutura de capital do Banco, representada pela Basileia, bastante robusta.

Aqui há, sim, uma redução provocada pelo reconhecimento do valor pago, de 60% do valor pago para aquisição da folha, o que já acaba causando uma redução no nível de Basileia, mas absolutamente confortável e dentro do próprio *valuation* da operação. 16,8% é a Basileia total e 14,1% a Basileia de nível I.

A redução de empregados mais estagiários, onde o Banco começa a mostrar que vai, sim, ter um *mix* diferente, mas que no total de empregados, da força de trabalho, deve haver uma estabilização, ou até um crescimento por conta de reposição de empregados que saíram, hoje com 11.283 empregados e 341 estagiários, que são colocados e distribuídos sobretudo na estrutura de rede de agências do Banco, que temos duas a mais em relação ao mesmo período do ano anterior – estamos com 536 –, e na estrutura de postos de atendimento, com 203, diminuindo três. No total, 739 pontos.

Com relação à inadimplência, essa melhora se dá por conta de uma carteira mais concentrada em créditos à pessoa física na originação consignada, onde verificamos que há uma pequena deterioração em relação ao 2T15, mas sai de 3,10% para 3,4%, no crédito à pessoa física. O consignado nos blindou, fazendo com que haja uma melhora de 1% para 0,9% no índice de atraso, e uma estabilização – isso é bem importante – na qualidade do crédito da pessoa jurídica, tanto na pessoa jurídica do corporativo ou na de varejo.

Isso nos dá o conforto, como foi dito, que daqui para frente deverá haver uma faculdade de uma despesa de provisão menor do que vínhamos reconhecendo até agora. Mas, por conta dessa dinâmica, o *guidance* do Banco foi revisado.

O *guidance* de crédito incorpora uma carteira que vem sofrendo queda. Hoje, imaginamos que ela pode ter uma queda nominal de 4% em dezembro, ou, no mínimo, se estabilizar em relação a dezembro de 2015, e isso está demonstrado sobre uma queda mais forte na pessoa jurídica; e até um crescimento dentro da pessoa física.



O custo do crédito no ano mantido dentro do *guidance*, mas olhando muito mais o teto do que faixa intermediária ou o pior, mas por conta de uma menor velocidade de despesamento de provisão, imaginamos que há ali uma queda da carteira e que o saldo da provisão assumirá uma proporção maior hoje do que havíamos projetado no início do ano, com captação constante, com um retorno agora impactado também por conta de um ambiente em que ainda há uma dificuldade de geração de negócios, sobretudo de crédito; e impactado agora pelo reconhecimento da amortização da aquisição da folha, revisitado, onde agora imaginamos que o retorno do Banco deva ficar em uma faixa intermediária de 11% a 15% no ano de 2016.

Na eficiência, mantemos os mesmos patamares, e na margem financeira também.

Não sei se antes de passarmos para as perguntas, se você tem algum comentário adicional.

**Ricardo Hingel:**

Eu só quero exatamente complementar essa questão da folha, que é talvez o fato mais relevante até o momento em 2016. É só rapidamente dar alguns dados adicionais sobre a negociação. É importante que essa folha vinha sendo usada pelo Banco, mas em caráter não oneroso, ou seja, o Estado não cobrava absolutamente nada. E quando o Estado olhou, poucos estados não tinham vendido ou negociado as suas folhas, não apenas os poderes executivos, mas também os tribunais de justiça dos diversos estados também tinham negociado.

Ou seja, a folha tinha um valor econômico e o Estado entendia que ele então deveria cobrar do banco. Então, ele notificou o Banco da rescisão do contrato, conforme previsto no contrato, o estado poderia a qualquer momento denunciar, avisando com quatro meses de antecedência, que gostaria de comercializar a folha. O Estado fez um projeto de lei que autorizava, dava o caráter oneroso ao Banco, e houve então uma negociação com o Banco. A fixação dos valores levou em conta uma série de aspectos que eu quero aqui destacar.

O primeiro deles, o Banco contratou advogados terceirizados para nos orientar nesse processo. Então, tiveram dois ex-presidentes da CVM que orientaram nosso passo a passo nessas questões para exatamente não termos nenhum tipo de problema no aspecto da governança. Eles inclusive orientaram toda a negociação e inclusive toda a administração superior do Banco, incluindo então diretoria e conselho de administração.

Ao mesmo tempo, o Banco contratou a Price para nos auxiliar no levantamento de todos os tipos de negócios que nós tínhamos com esse conjunto demais de 300 mil CPFs, onde então chamamos aqui de DRE. Fizemos um balanço como se esses 310 mil CPFs constituíssem uma espécie de subsidiária do Banco. Então, fizemos todo esse levantamento, fizemos uma conta até a última linha de qual o lucro que isso deixa para o Banco após impostos, amortização, investimentos necessários. Efetivamente como essa folha fosse uma subsidiária do Banco.

Esses dados nós não tornamos e não tonaremos públicos, esse trabalho porque ele tem boa parte da estratégia do Banco. Então não tornamos público. Complementamos esse trabalho com a contratação da Deloitte, no sentido de fazer uma avaliação de mercado de quanto essa folha valeria. Então a Deloitte fez um trabalho em mais de 50 folhas, foi buscando negociações comparáveis, até chegar a um valor que orientou então o valor de mercado dessa folha.

Esse foi então o valor que balizou o quanto o Banco poderia pagar em função do valor de mercado e que o Estado também entendia que deveria ser um valor a ser transacionado. O que se fez? Na medida em que a Deloitte fez “o valor é x”, que é próximo ao valor que foi pago, cabia consultar a Price, aí sim gerar um documento público.

E na carta de conforto que nós recebemos, a Price disse “em função do valor que o Banco ofertou ao Estado, entendemos que esse número é aderente aos estudos que fizeram e fica inclusive no intervalo inferior dos valores que foram apurados pelo estudo feito pela Price”.

Complementarmente, o Banco fez uma projeção do impacto na sua base de capital, ou seja, o impacto na Basileia do Banco, como isso ficaria. E o Banco fez também um recálculo orçamentário de forma a verificar como o valor da transação impactaria. Ou seja, conseguimos ver o efeito tanto no resultado do Banco quanto na base de capital. Então na medida em que se junta esses quatro itens, Deloitte, Price, efeito Basileia e efeito do Banco, se entendeu que a operação era adequada.

E todas as manifestações de fora, de agências de rating e de analistas de mercado, foram positivas no sentido em que o Banco pagou o valor justo. Outras disseram que o banco foi conservador. Agora, não houve nenhum movimento ou cobrança, mesmo na CVM, de que o Banco teria pagado o valor acima do que valeria. Ou seja, nós pagamos o valor justo, ou nas palavras de alguns analistas, o Banco foi conservador na sua proposta, porque o mercado entendia que o Banco iria ofertar bem mais do que ele ofertou.

E para encerrar esse assunto, eu vou gastar alguns minutos porque é um fato extremamente relevante, eu vou pedir que o Werner explique um pouquinho a dinâmica do efeito no resultado, como contabilizamos o efeito dessa negociação.

#### **Werner Kohler:**

Essa operação gera contabilização tanto na sessão patrimonial, ou seja uma visão qualitativa, bem como uma visão quantitativa, ou seja, a visão de resultados. Nós temos então uma visão qualitativa, uma mudança de posicionamento de um ativo rentável do Banco que está o recurso que estavam no caixa aplicados em títulos públicos, e que pelo pagamento desse valor pela aquisição dos direitos dos serviços junto a folha de pagamento da administração direta do Estado, passou-se a ter um ativo permanente diferido. Ou seja, passou-se a ter um ativo que, a partir do momento em que ele se compõe um ativo diferido, ele passa a ser amortizável pelo período contratual de geração de receitas desse negócio, ou seja, pelo período de dez anos.

Então, nós temos uma mudança na questão de ativos rentáveis e ativos não rentáveis, e esse ativo não rentável gerando uma amortização. Então, nós temos no resultado, no efeito quantitativo, um duplo efeito: redução de receita de tesouraria que nós tínhamos e uma amortização mensal de 1/120, esse 1,250 bilhão, que dá em torno de 10,4 milhões por mês a partir de agora, recorrentemente.

Esses dois efeitos têm uma consequência tributária, ou seja, uma redução na nossa carga tributária em valores monetários e não em percentual da carga tributária. Dessa forma, o líquido dos efeitos tributários, que para bancos é 45% do IR de contribuição social, além de uma pequena redução no PIS e no COFINS, em função da redução da receita de tesouraria. Esse efeito líquido todo é o efeito que teremos mais para frente nos nossos resultados.

Este novo resultado projetado e a questão do ativo diferido que não faz parte, ou tem uma tabela de redução de patrimônio de referência, esse efeito todo é projetado dentro das curvas futuras de Basileia para verificação de possibilidades do Banco de cumprimento de Basileia nos períodos futuros durante a vigência do contrato.

**Ricardo Hingel:**

Eu acho que nós vamos encerrar neste momento e ficamos à disposição às eventuais perguntas que queiram fazer. Obrigado por enquanto.

**Guilherme Costa, Itaú BBA:**

Bom dia a todos. Parabéns pelos resultados e obrigado pelas oportunidades. Eu tenho duas perguntas, na verdade. A primeira é sobre a margem de vocês. Eu gostaria de saber se vocês acreditam que ainda é possível ver o efeito de aumento de spreads e reprecificação de carteiras *corporate* nos próximos trimestres.

E a minha segunda pergunta é sobre a qualidade dos ativos. Nós vimos que a inadimplência mostrou uma contração no próximo trimestre. Eu queria saber se vocês já estão enxergando isso como tendência, como se o ciclo da inadimplência ficou para trás e agora a tendência é de melhora, apesar de ter o efeito de aumento de desemprego.

E o mesmo para despesa de provisão: se vocês acreditam que esse novo patamar de R\$300 milhões é o que podemos esperar para os próximos trimestres.

**Ricardo Hingel:**

Com relação à margem, é importante destacar que ela vem refletindo exatamente a elevação das taxas. O que verificamos é que embora tenhamos feito desde o ano passado até agora oito movimentos de elevação de taxa, e a orientação – inclusive é minha área que faz essa parte de precificação – é de que ninguém hoje, é uma prática que vem vindo desde o ano passado, nenhuma empresa faz uma renovação sem que haja uma elevação de taxa.

O problema é que existe uma defasagem entre determinar hoje uma elevação de taxa e esse efeito ocorrer, porque eu preciso esperar o contrato vencer para fazer um novo contrato com uma nova taxa.

O que verificamos é que embora tenhamos feito pelo menos oito movimentos consistentes, tem gente que ainda não foi tocada por isso. Tem empresas que ainda não foram tocadas, porque elas têm operações contratadas desde 2014, 2013, e que na medida em que vão vencendo, é que vão sendo renovadas. Essa dinâmica nos dá certeza de que a margem financeira vai continuar subindo, porque tão cedo não vai haver uma redução significativa nas taxas de juros.

Mesmo que, digamos que no final do ano se acredite que a economia vai melhorar, a Selic vai começar a cair, então as taxas também vão começar gradativamente cair. Mesmo esse

movimento futuro de taxa para baixo ainda vai ser acima daquelas taxas originais contratadas em 2013 e 2014 e que ainda estariam em, digamos, níveis melhores.

Então nós entendemos que esse ano e ainda no ano que vem, ainda vai haver elevação da margem. Nesse mês já temos uma prévia de juro, ainda assim é um pouco maior esse spread em cima da carteira de crédito livre do Banco.

Então continuamos vendo esse movimento. Temos certeza que a margem vai continuar subindo, exatamente por esse efeito de defasagem que se verifica.

Na questão da provisão, também existe essa dinâmica, ou seja, aquelas operações ruins já deram problema. E na medida em que vamos fazendo a renovação, ela é uma forma de fazer uma depuração da carteira.

Ou seja, parte da carteira foi depurada, e nós acreditamos que boa parte dessas operações, já dentro de uma nova política de crédito, onde então existe a seletividade, garantias adicionais cobradas, taxas de juros superiores, nós entendemos que há uma possibilidade – o que eu comentei anteriormente – que ao longo dos próximos trimestres, temos um nível de provisão mais próximo do 2T do que do 1T.

E, de novo, uma coisa que é um impacto negativo acaba ajudando nesse sentido. O que é impacto negativo? Concedemos menos crédito. Ou seja, na medida em que se diminui a concessão de crédito, o Banco se expõe menos, logo, a provisão tende a ser menor.

Se qualquer banco tivesse uma estratégia de fazer uma expansão da carteira de crédito, certamente estaria contratando um aumento de provisão. Agora, na medida em que estou me expondo menos, é evidente que a provisão tem de cair.

Então esse é o ponto. Entendemos que parte dessa redução da provisão já reflete a estratégia do Banco, conservadora e defensiva. Hoje a estratégia, até para usar a mesma palavra, é uma estratégia defensiva de proteção da qualidade da carteira.

Então, acho que é a questão da margem e da provisão, exatamente, então, dentro dessa estratégia que temos trabalhado forte desde o ano passado, exatamente em cima de uma leitura preocupante em relação à conjuntura econômica.

Isso é um ponto muito importante também que vimos trabalhando e que guia a nossa estratégia. Mesmo que a economia possa mostrar alguns sinais de recuperação ao longo do 2S16, o impacto financeiro, do fluxo de caixa das empresas leva mais tempo. Também tem uma defasagem para que o efeito econômico impacte no fluxo de caixa geral da economia.

Ou seja, as empresas têm de começar a produzir mais para gerar recebíveis, gerar vendas e fazer com o fluxo financeiro comece a ser incrementado.

Esse fluxo financeiro vem no ano que vem, apenas. Nós achamos que vamos continuar muito cuidadoso e cautelosos ao longo do 2S na questão da condição da carteira de crédito, mesmo que apareçam alguns sinais que estamos vendo que são muito pontuais da recuperação em alguns segmentos da economia.

**Guilherme Costa:**

Perfeito, muito claro. Obrigado.

**Carlos Gomes, HSBC:**

Bom dia. Sobre o contrato de folha de pagamento, poderia confirmar que os senhores estão fazendo uma amortização linear? Depois, entendemos que pode ser renegociada nos cinco anos. Quais são os parâmetros que determinariam uma mudança no contrato?

**Alexandre Ponzi:**

A amortização do valor pago hoje está sendo feita em 1/120 ao longo do período do contrato. Com relação a isso, se você perguntar se as condições de uma eventual revisitação desse valor—

**Ricardo Hingel:**

Foi boa a sua pergunta porque temos oportunidade de esclarecer. Existe essa cláusula de que no primeiro dia do sexto ano o valor pode ser revisitado. O que é esse recálculo do valor? Como nós fazemos o cálculo de VPL, só para explicar como se chegou nesse valor. A Deloitte não apurou negociações de dez anos, apenas de cinco anos.

Na realidade, o Estado vendeu dois períodos de cinco anos. O segundo período de cinco anos, ele só vai me entregar daqui cinco anos. O que se faz? Essa segunda compra é desagiada, trazida a valor presente, em cima de um conjunto de variáveis, de projeção de CDI, de inflação, para trazer isso a valor presente.

Esse valor da folha, digamos que é o valor da folha, valor futuro, que é para daqui cinco anos, ele vai ser recalculado com base nas variáveis, nas projeções de CDI e nas projeções de inflação daqui a cinco anos. Então, esse valor pode se alterar em relação ao número que nós apuramos hoje e uma eventual diferença vai ser repassada para o Estado.

Essa é uma demanda que se entendeu correta da parte do Estado, porque em uma negociação com um período tão longo, é evidente que as variáveis vão se alterar. A única certeza que nós temos é que as variáveis irão se alterar. Foi colocado esse dispositivo que no primeiro dia do sexto ano, vai fazer um novo cálculo do valor presente dessa segunda tranche comprada.

**Carlos Gomes:**

Obrigado. Poderia ser um ajuste negativo? Por exemplo, o valor da folha vai ser menor porque tem menos funcionários ou pode ter um mercado mais aberto? O segundo pedido poderia valer menos do que os senhores estimam agora? É uma possibilidade ou somente pode ser pago para o Estado?

**Werner Kohler:**

Não. Nesse caso, já ficou fixado o número de funcionários, o valor do relacionamento todo está fixo. A única questão é a forma de desagiar esse valor a valor presente na data do início da segunda tranche. Se esse desagiar a valor presente houver uma diferença favorável ao Estado, então o Banco pagará para o Estado essa diferença. Se for o inverso, não haverá ajuste no contrato por orientação legal, ou seja, é o vendedor que pode mudar o preço para cima ao trazer o valor presente da segunda tranche, se as condições econômicas mudarem muito lá para frente, em relação à inflação e CDI.

Essa é a situação. Agora, reduzir o valor já pago, não.

**Carlos Gomes:**

Está bom, muito claro. Muito obrigado.

**Yuri Fernandes, JPMorgan:**

Obrigado pela oportunidade, parabéns pelo resultado. Eu queria perguntar de imposto, ele veio um pouco mais alto. Outros bancos vêm pagando um pouco menos de alíquota efetiva. Veio 36% e tinha sido 32% no trimestre passado. Qual é a visão normalizada de vocês desse imposto? Como vocês acham que deve rodar e fechar o ano? Vocês costumavam comentar algo em torno de 28%, só para entender um pouco melhor isso daqui. Obrigado.

**Ricardo Hingel:**

A alíquota efetiva do imposto é influenciada por dois fatores específicos. Um fator é a questão da equivalência patrimonial, principalmente das duas agências no exterior. Essa equivalência patrimonial nesse ano está com efeito de despesa, ou seja, está sendo contabilizada uma despesa que eu preciso devolver na base tributária.

E no ano passado ela estava com uma receita que eu tinha que excluir da base tributária. Isso faz uma diferença bastante grande quando se faz a alíquota efetiva simplesmente dividindo o valor do imposto pelo lucro na última linha, o lucro antes da tributação.

O outro fator também que influencia é a questão dos juros sobre capital próprio. Quanto que os juros sobre capital próprio estão sendo pagos, estão sendo apropriados em relação ao resultado total que está sendo auferido. Nesse período agora o Banco vem pagando juros sobre capital próprio no seu limite máximo, vinculado também à sua capacidade de gerar receitas e resultados que serão distribuídos os dividendos a alíquota de 40%, que é o que está provado no balanço.

Esses 40% sobre o resultado que nós já auferimos até o meio do ano, eles me dão uma possibilidade de dedução de juros sobre capital próprio por pagamento, inferior à alíquota da TJLP que é 7,5%, e eu consigo deduzir, pagar juros sobre capital próprio dentro do limite do dividendo, algo em torno de 5% do meu patrimônio líquido.



Então, esses dois fatores podem trazer comparações que tragam alíquotas efetivas diferentes entre bancos que tenham estrutura diferenciada, tanto de agências no exterior, que precisam ser atualizados esses patrimônios para BRL, pela taxa do USD vigente, bem como essa questão de poder pagar os juros sobre capital próprio na alíquota máxima, e aí nós teríamos sim uma oportunidade de 2,5% que nós não estamos conseguindo alcançar em função do limite de dividendos de 40% sobre o resultado.

**Yuri Fernandes:**

Entendi. Então vocês acham que caso o câmbio se mantenha no atual patamar, deve manter uma alíquota mais ou menos nesses níveis?

**Ricardo Hingel:**

Na realidade, nós entendemos que iremos continuar nesse nível, porém neste 1S, nesses dois trimestres, nós tivemos variação cambial que nos jogou despesa. E aí eu tive que adicionar à base. O USD continuando em um patamar de R\$3,20, R\$3,10, nessa faixa, eu terei uma variação cambial neutra.

Eu tendo uma variação cambial neutra, toda a minha base de resultado vai ser tributável. Essa base sendo tributável, ele vai mudar a alíquota efetiva sim. Se colocar zero na variação cambial, que seria devolvida a base tributária, o que até agora, nesse 1S, foi R\$-77 milhões, em torno disso. E foi devolvida a base tributária.

**Yuri Fernandes:**

Maravilha, muito obrigado.

**Felipe Salomão, Morgan Stanley:**

Senhores, bom dia. Obrigado pela oportunidade de fazer pergunta. Eu tenho uma pergunta sobre a margem financeira. Pelo que eu entendi, vocês esperam que a margem financeira se mantenha nos mesmos níveis dos riscos no 2T daqui para frente, com spreads compensando a queda marginal de volume.

Vocês poderiam elaborar um pouco mais como vocês esperam conseguir isso? Por exemplo, eu vejo a carteira de crédito caindo 5% trimestre contra trimestre. Os volumes vão impactar negativamente a margem financeira. Além disso, vocês também tiveram uma saída de caixa, pagamento do Rio Grande do Sul. Isso também vai impactar negativamente a margem financeira.

Além disso, também teve a licitação quase R\$1 bilhão no financiamento do décimo terceiro dos funcionários públicos que não foi pago no final do ano. Vocês deram crédito e agora esse crédito foi quitado. Como vocês acham que a margem vai ficar nos patamares atuais, mesmo com essas coisas que devem impactar negativamente o resultado? Obrigado.

**Ricardo Hingel:**

Eu vou repetir um pouco na questão da margem. O que nós apostamos na questão da margem é na melhoria da taxa de juros média cobrada na carteira a partir da renovação da carteira. Ou seja, a receita está vindo, não em função do aumento da carteira, mas no que nós estamos cobrando pela carteira.

Como nós temos essa defasagem, desde o ano passado nós fizemos oito movimentos de aumento de taxa, a política de crédito é de cobrar taxas mais elevadas, ou seja, elevamos o spread de risco, adequamos o custo do crédito ao risco das operações em geral. Diversas empresas ou pessoas físicas que têm crédito no Banco não foram ainda impactadas pelo aumento das taxas praticadas pelo Banco, simplesmente porque seus contratos continuam em vigor, não venceram ainda. Então, as taxas ainda são as antigas.

O que eu quero novamente destacar, desde janeiro do ano passado, quando nós fazemos aqui uma conta muito simples, receita de juros decorrente da carteira de crédito livre do Banco, que é a carteira mais rentável do Banco, contra o saldo médio da carteira, esses valores vêm subindo rigorosamente todos os meses, ao ponto que já cresceu 25% em relação a janeiro do ano passado.

Nós entendemos que essa dinâmica vai continuar, ou seja, nós vamos continuar aumentando receitas das operações de crédito em cima das taxas de juros.

**Werner Kohler:**

Além do mais, nossa captação também não enxergamos para frente uma mudança na taxa Selic, que é o principal remunerador do depósito que a prazo que nós temos, e nem no percentual de remuneração que nós damos em relação a Selic no depósito a prazo também. Estamos prevendo uma estabilização do custo do dinheiro e um aumento médio na taxa de juros cobrado sobre a carteira de crédito.

A junção dos dois, mesmo com a carteira de crédito tendo uma redução de até -4, que está prevista até 31 de dezembro, ou seja, praticamente uma estabilização de agora até 31 de dezembro. Nós temos capacidade de manter a margem ou até abrir um pouco.

**Ricardo Hingel:**

Ainda nesse entendimento da dinâmica, como nós temos uma carteira pré, significativa, por exemplo, toda a carteira de crédito consignado é uma carteira pré. Se a taxa Selic começar a cair, eu vou agregar spread, porque a carteira pré está contratada e meu custo nessa operação cai. Se nós olharmos uma carteira de crédito consignado superior a R\$7 bilhões, 1 p.p. que cai a Selic, você já verifica um efeito direto e a captação está toda posta.

Esse resultado vem muito rapidamente. Da mesma forma que quando cai a taxa Selic e agrega spread na carteira pré, a dinâmica da contratação de novas operações vai seguir ainda em taxas superiores àquelas contratadas anteriormente. Nós entendemos que o movimento é favorável a nós na questão da composição da margem, na rentabilidade da carteira de crédito livre do Banco que, de novo, é a carteira mais relevante.

A sua pergunta foi tão longa, ficou faltando algo?

**Felipe Salomão:**

Foi claro. Obrigado pela resposta.

**Operadora:**

Enceramos neste momento a sessão de perguntas e repostas. Passamos a palavra agora para Ricardo Hingel para suas considerações finais. Pode prosseguir.

**Ricardo Hingel:**

Eu vou agradecer a atenção de todos. Colocar o Banco à disposição de eventuais dúvidas adicionais, vocês sabem, nós estamos sempre à disposição. Para encerrar eu gostaria de fazer uma última referência à questão do *guidance*. Como nós fizemos a revisão do *guidance*, ele incorporou para esse ano, evidente o ocorrido já ao longo do 1S do Banco.

O mais importante: esse *guidance* é conservador. Eu ainda continuo fazendo um *guidance* com pessimismo em relação à melhoria da atividade econômica. Se houver qualquer melhoria, qualquer surpresa positiva em termos de melhoria na economia brasileira, isso não está contemplado aqui. Isso tende a ter um resultado melhor.

Aqui nós não estamos contemplando melhorias no cenário econômico. Isso é muito importante de colocarmos. Se tiver uma melhoria no cenário, nós talvez possamos trabalhar na parte superior dos intervalos que nós colocamos aqui.

Não restando mais nada, mais uma vez muito obrigado a todos e nós permanecemos à disposição. Bom dia.

**Operadora:**

A audioconferência está encerrada. Agradecemos a participação de todos e tenham um bom dia.

“Este documento é uma transcrição produzida pela MZ. A MZ faz o possível para garantir a qualidade (atual, precisa e completa) da transcrição. Entretanto, a MZ não se responsabiliza por eventuais falhas, já que o texto depende da qualidade do áudio e da clareza discursiva dos palestrantes. Portanto, a MZ não se responsabiliza por eventuais danos ou prejuízos que possam surgir com o uso, acesso, segurança, manutenção, distribuição e/ou transmissão desta transcrição. Este documento é uma transcrição simples e não reflete nenhuma opinião de investimento da MZ. Todo o conteúdo deste documento é de responsabilidade total e exclusiva da empresa que realizou o evento transcrito pela MZ. Por favor, consulte o *website* de Relações com Investidor (e/ou institucional) da respectiva companhia para mais condições e termos importantes e específicos relacionados ao uso desta transcrição.”